



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE ANGELINA

Lei N° 1025/2006

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de ANGELINA para o Exercício de 2007.

Do Orçamento do Município

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de ANGELINA para o exercício de 2007 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.344.042,00 sendo R\$ 7.068.542,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 1.275.500 do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Artigo 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2007 estima a Receita em 8.344.042,00 e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 290.000,00 e em R\$ 8.054.042,00 a Despesa da Prefeitura Municipal.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	5.301.542,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA	390.000,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUICOES	130.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	59.990,00
1.4. RECEITA AGROPECUARIA	6.000,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS	67.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	4.615.152,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.400,00
SOMA :	5.301.542,00
TOTAL :	5.301.542,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICACAO INSTITUCIONAL

01 - CAMARA DE VEREADORES 290.000,00

02 - GABINETE DO PREFEITO	200.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	510.000,00
04 - SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E DESPORTO	1.729.800,00
05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL	177.700,00
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS	1.923.400,00
07 - SECRETARIA AGRIC. MEIO AMB. IND. COM E	1.032.000,00
08 - ENCARGOS GERAIS	213.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.502,00
SOMA:	6.136.402,00
TOTAL:	6.136.402,00

II - CLASSIFICACAO POR FUNCAO

01 - Legislativa	290.000,00
04 - Administração	710.000,00
08 - Assistência Social	24.700,00
10 - Saúde	65.600,00
12 - Educação	1.652.200,00
13 - Cultura	12.000,00
15- Urbanismo	835.000,00
16 - Habitação	201.000,00
17 - Saneamento	153.000,00
20 - Agricultura	811.000,00
23 - Comercio e Serviços	221.000,00
24 - Comunicações	0,00
26 - Transporte	847.400,00
27 - Desporto e Lazer	40.000,00
28 - Encargos Especiais	213.000,00
99 - Reserva de Contingência	60.502,00
SOMA:	6.136.402,00

III - CLASSIFICACAO POR PROGRAMA

0000 - OPERACOES ESPECIAIS	213.000,00
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	290.000,00
0002 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	200.000,00
0003 - ADMINISTRACAO FINANCEIRA E ORCAMENTARIA	510.000,00
0004 - PROTEÇÃO A CRIANÇA E ADOLESCENTE	24.700,00
0005 - EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO	1.652.200,00
0006 - CULTURA - VALORIZAÇÃO DE NOSSA HISTORIA	12.000,00
0007 - ESPORTE E LAZER	40.000,00
0008 - CAPTACAO DE AGUA POTAVEL	153.000,00
0009 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	65.600,00
0010 - PROGRAMA DE SUBSIDIO HABITACIONAL	201.000,00
0012 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	230.000,00
0013 - ESTRADAS VICINAIS	847.400,00
0014 - URBANIZACAO DE VIAS	605.000,00
0016 - AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTAVEL	811.000,00
0017 - ANGELINA TURISMO	221.000,00
9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.502,00
SOMA:	6.136.402,00

IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	3.731.400,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.902.780,00

3.2.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	20.500,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.808.120,00

DESPESAS DE CAPITAL	2.054.500,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	1.984.500,00
4.6.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA	70.000,00

SOMA: 5.785.900,00

Do Orçamento do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA

Artigo 3º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 460.000,00, as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 816.500,00 e fixa as Despesas em R\$ 1.276.500,00

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	360.000,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA	10.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	347.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00
2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	100.000,00
SOMA :	460.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	816.500,00
SOMA :	816.500,00
TOTAL:	1.276.500,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGELINA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICACAO POR FUNCAO

10 - Saúde	1.276.500,00
SOMA:	1.276.500,00

IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.127.500,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	717.220,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	410.280,00
DESPESAS DE CAPITAL	149.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	149.000,00

SOMA: 1.276.500,00

Do Orçamento do(a) FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL ANGELINA

Artigo 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL ANGELINA - para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 65.500,00 e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 115.640,00 e fixa as Despesas em R\$ 181.140,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	65.500,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES	65.500,00
	SOMA : 65.500,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRAS	115.640,00
	TOTAL : 181.140,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL ANGELINA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICACAO POR FUNCAO

08 - Assistência Social	181.140,00
SOMA:	181.140,00

IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	181.140,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	54.800,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	126.340,00
SOMA:	181.140,00

Do Orçamento do(a) INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA

Artigo 5º - O Orçamento da entidade INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS - ANGELINA para o exercício de 2007 estima a Receita em R\$ 750.000,00 e fixa as despesas em 750.000,00.

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras

do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES	750.000,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUICOES	420.000,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	330.000,00
SOMA :	750.000,00
TOTAL :	750.350,00

§ 2º - A Despesa da entidade INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS ANGELINA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICACAO POR FUNCAO

09 - Previdência Social	97.000,00
99 - Reserva de Contingência	653.000,00
SOMA:	750.350,00

IV - CLASSIFICACAO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	96.000,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.000,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	1.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	653.000,00
SOMA:	750.350,00

Artigo 6º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

01 - Passivos Contingentes	5.000,00
TOTAL:	5.000,00

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

02 - Intempéries	20.000,00
TOTAL:	20.000,00

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

04 - Obtenção de Resultado Primário Positivo	15.502,00
03 - Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	20.000,00
TOTAL:	60.502,00

UNIDADE GESTORA : INSTITUTO DE PREV. SOCIAL SERV. PUBLICOS

99 - Reserva de Contingência	653.000,00
TOTAL:	653.000,00

- § 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.
- § 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.
- § 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2007 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, ou se efetivando a cobrança de Dívida Ativa de acordo com o previsto no orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, após a aprovação do Legislativo, para abertura de Créditos Adicionais Suplementares, nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária desde que o orçamento para 2004 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.
- § 4º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "dotações não orçadas ou orçadas a menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de Créditos Adicionais Suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.
- Artigo 7º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.
- Artigo 8º - O Executivo Municipal está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal no 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:
- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 9º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 10º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Artigo 11º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 12º - Durante o exercício de 2007 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Artigo 13º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras e serviços de competência ou não do Município.

Parágrafo Único - Se o convenio trouxer oneração aos cofres públicos municipais, não prevista no orçamento do exercício de 2007, o ato da assinatura pelo Executivo dependerá de Autorização específica da Câmara de Vereadores.

Artigo 14º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2007, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

ANGELINA, 13 de dezembro de 2006.

SERGIO MURILO COSTA
Prefeito Municipal